

CULTURA E SOCIEDADE

DANILA BARBOSA DE CASTILHO
(ORGANIZADORA)



CULTURA E SOCIEDADE

DANILA BARBOSA DE CASTILHO
(ORGANIZADORA)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C968 Cultura e sociedade [recurso eletrônico] / Organizadora Danila Barbosa de Castilho. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-01-0
 DOI 10.22533/at.ed.010201402

1. Cultura. 2. Política cultural. 3. Sociedade. I. Castilho, Danila Barbosa de.

CDD 353.70981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As manifestações culturais são uma das muitas características dos diversos grupos sociais. Assim, as produções cinematográficas, festejos, linguagens e religiosidades constituem-se de suma importância na elaboração de pensamentos críticos, identificações e difusão dos conhecimentos de um grupo.

Tais manifestações são permeadas por conflitos, disputas, percepções e experiências vividas, as quais precisam ser valorizadas em detrimento a imposição de uma cultura global, hegemônica e eurocêntrica. Pois em diversos momentos históricos as manifestações culturais populares foram, e ainda são, muitas vezes silenciadas e por vezes se refletem nos processos educacionais.

Os textos aqui apresentados nos proporcionam reflexões acerca das trajetórias de diferentes sujeitos, e nos motivam a descolonizar a cultura, o imaginário e as identidades.

Danila Barbosa de Castilho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“PROJETO BORA?”: UM INTENTO DE INSERÇÃO DA CIDADE DE TUCANO-BA NO TEXTO DO REGIONALISMO NORDESTINO	
Marcelo Cerqueira Cesar Filho	
DOI 10.22533/at.ed.0102014021	
CAPÍTULO 2	12
A ICONOGRAFIA NA PINTURA DE ALBERTO VALENÇA (1890-1983)	
Vera Spínola	
DOI 10.22533/at.ed.0102014022	
CAPÍTULO 3	25
PRODUÇÃO JORNALÍSTICA DE SENTIDOS SOBRE O DOCUMENTÁRIO FEVEREIROS	
Gilmar Adolfo Hermes	
DOI 10.22533/at.ed.0102014023	
CAPÍTULO 4	37
FERNANDO PESSOA ENTRE TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	
Rafaela Favarin Somera	
DOI 10.22533/at.ed.0102014024	
CAPÍTULO 5	51
TEMPORALIDADE: IMAGEM E PODER NA <i>PROPAGANDA FIDE</i> INQUISITORIAL	
Geraldo Pieroni	
DOI 10.22533/at.ed.0102014025	
CAPÍTULO 6	65
TIRANDO O BLOCO DA AVENIDA: A CRISE NOS BLOCOS DE CARNAVAL DE RUA NO RIO DE JANEIRO E EM SALVADOR	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.0102014026	
CAPÍTULO 7	85
O <i>PRESIDENTE NEGRO</i> : EUGENIA EM MONTEIRO LOBATO?	
Erick Vinicius Mathias Leite	
Sônia Filiú Albuquerque Lima	
DOI 10.22533/at.ed.0102014027	
CAPÍTULO 8	95
CABILA E IJEXÁ: INTERCONEXÕES ENTRE RITMOS DE DUAS CULTURAS	
Adrian Estrela Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0102014028	

CAPÍTULO 9	105
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO EM SÃO LUÍS	
Christianne Rose de Sousa Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0102014029	
CAPÍTULO 10	108
REFLEXÕES SOBRE O MACHISMO NA ETNOGRAFIA DOMÉSTICA DE KARIM AÏNOUZ: O “PATRIARCADO SEM HOMENS” EM SEAMS	
Everaldo Asevedo Mattos	
DOI 10.22533/at.ed.01020140210	
CAPÍTULO 11	121
A PRESENÇA DO RACISMO NA TRAJETÓRIA DE MULHERES NEGRAS NO MUNDO DO TRABALHO: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA	
Taíse Dos Anjos Santos	
Taynan Alves Filgueiras	
DOI 10.22533/at.ed.01020140211	
CAPÍTULO 12	142
JOVENS NEGROS NA ESCOLA, DA EXISTÊNCIA AS REEXISTÊNCIAS: REFLEXÕES TEÓRICAS	
Maria Valdete Vitoria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01020140212	
CAPÍTULO 13	152
INFÂNCIA E TECNOLOGIA: PRÁTICAS DE UMA CULTURA DIGITAL	
Pedro Almeida Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01020140213	
CAPÍTULO 14	162
DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO	
Bianca de Paula Santos	
Carmen Lúcia da Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.01020140214	
CAPÍTULO 15	174
AQUARIUS: EDIFICANDO O DESCOLONIAL	
Jacqueline Gama de Jesus	
Ana Lúgia Leite e Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.01020140215	
CAPÍTULO 16	188
LOBO ANTUNES: UMA VOZ LUSÓFONA QUE REPRESENTA A MEMÓRIA DA GUERRA COLONIAL EM ANGOLA EM TEMPOS PÓS-COLONIAIS	
Romilton Batista de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.01020140216	

CAPÍTULO 17	197
'PORTUGALIDADE' NA(S) LUSOFONIA(S): UM CONTRASSENSENTO	
Vítor de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.01020140217	
CAPÍTULO 18	219
DA AUSÊNCIA À PRESENÇA: O EXEMPLO DO TACHO DO MUSEU GRUPPELLI, PELOTAS - RS	
Davi Kiermes Tavares	
José Paulo Siefert Brahm	
Diego Lemos Ribeiro	
Juliane Conceição Primon Serres	
DOI 10.22533/at.ed.01020140218	
CAPÍTULO 19	234
DESCOBRINDO USPANU	
Surama Sulamita Rodrigues de Lemos	
Thiago Augusto Oliveira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.01020140219	
CAPÍTULO 20	239
PERVERSÃO: CONCEITO E CONCEPÇÕES SOBRE A PEDOFILIA	
Ivana Suely Bezerra Paiva Mello	
Ana Kalline Soares Castor	
Leda Maria Maia Rodrigues Carvalho	
Mylena Menezes de França	
Silvana Barbosa Mendes Lacerda	
Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.01020140220	
CAPÍTULO 21	253
SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA MENSURAÇÃO DA SEXUALIDADE EM PESQUISAS PSICOMÉTRICAS	
Alexandre de Oliveira Marques	
José Augusto Evangelho Hernandez	
DOI 10.22533/at.ed.01020140221	
CAPÍTULO 22	265
A DIVERSIDADE CULTURAL PELO OLHAR KAINGANG	
Claudio Luiz Orço	
Elizandra Iop	
DOI 10.22533/at.ed.01020140222	
SOBRE A ORGANIZADORA	280
ÍNDICE REMISSIVO	281

JOVENS NEGROS NA ESCOLA, DA EXISTÊNCIA AS REEXISTÊNCIAS: REFLEXÕES TEÓRICAS

Data de aceite: 31/01/2020

Maria Valdete Vitoria da Silva

Mestranda do programa de pós Graduação em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia (PPG\UNEB), valvitoria67@gmail.com.

Trata-se uma reflexão teórica que tem por objetivo tratar jovem negro na escola do ensino fundamental, partindo do princípio que os jovens em especial os negros são alvos de discriminação deixando-lhe num lugar de julgamentos, que perpassa da sua classe econômica a capacidade intelectual, desta forma utilizaremos de alguns autores que coadunem com nossas ideias, como: SOUZA (2010), LIMA (2015) BACHELARD (2005), SANTOS, (2016), SOUZA (2006), SANTIAGO (1998), FOCALT (2004), LIMA, (2015), ROLINK (1996), (1975), HALL (2003),) FANON (2013), CRUZ (2013), MOORE (2007), WALASH (2009), FIGUEREDO (2018). A pesquisa deriva do método qualitativo, por se tratar de um trabalho de base teórica, trazendo dados já publicados no período de 2018 que nos levem a um melhor entendimento nesses aspectos e como a Defensoria Pública auxilia nessas demandas frente a essa situação, fazendo uma análise desses *locus*, para entender tanto os mecanismos de controle

impostos pelo Estado à Escola, com o apoio da justiça para manter a ordem estabelecida. É um trabalho que vem sendo estudado a partir de uma perspectiva crítica sob jovens negros que tem cotidianamente seus corpos marginalizados e mortos nas periferias, estudando preponderantemente as questões de existências e resistência, e de como elas podem ser “válvulas de escape” no processo de reconstrução desses sujeitos que vivem uma fragilidade existencial por serem invisibilizados por uma sociedade que historicamente foi construída sob o massacre e a desigualdade social que assola esses indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Jovens negros. Relação étnico-racial. Aluno.

*Existe muita coisa que não te disseram
na escola*

Cota não é esmola!

*Experimenta nascer preto na favela pra
você ver!*

*O que rola com preto e pobre não
aparece na TV*

*Opressão, humilhação, preconceito
A gente sabe como termina, quando
começa desse jeito*

(...)

*Agora ela cresceu, quer muito estudar
Termina a escola, a apostila, ainda tem*

*E a boca seca, seca, nem um cuspe
Vai pagar a faculdade, porque preto e pobre não vai pra USP
Foi o que disse a professora que ensinava lá na escola
Que todos são iguais e que cota é esmola
Cansada de esmolas e sem o dim da faculdade
Ela ainda acorda cedo e limpa três apê no centro da cidade
Experimenta nascer preto, pobre na comunidade
Cê vai ver como são diferentes as oportunidades.
(Música: cota não é esmola, compositora: Bia Ferreira)*

Início esse texto com essa música, feita por uma jovem negra da periferia para iniciarmos desde já com uma reflexão ao que refere-se o nosso objetivo, que é compreender as “ferramentas” ou válvulas de escape utilizada pela população negra em especial ao jovem na escola, sendo este um sujeito que cada dia mais cresce na estatística de mortalidade por arma de fogo, sendo essa também uma preocupação marcante nos tempos atuais.

É sabido que a população negra sofre cotidianamente com os processos de humilhação e preconceito que se alastra na atual conjuntura social, esse histórico não é recente, esse grupo social ao qual também estou inserida, foi historicamente segregada dos demais, causando repulsa e humilhação. As relações étnicas raciais misturam-se as questões sociais de maneira homogênea, o racismo é um fator permanente na sociedade da mesma maneira que se misturam com a pobreza, e isso não é uma questão de intelectualidade mas um fator histórico, de um povo que sofreu a exclusão desde o ventre, e que os grandes resultados são apresentados expostamente nos nossos cotidianos, nas ruas, em baixo de viadutos, em baixo das árvores, comendo ou do que lhe é ofertado ou do próprio lixo, são vidas vistas sem direitos a educação e saúde.

Nesse cenário, com a evolução do tempo, surgem as escolas que por muito tempo vem evoluindo em alguns aspectos, nesse sentido, na atual conjuntura social, o ambiente escolar é caracterizado por reflexões, relações sociais que envolvem pais, filhos, professores, comunidade e é nesse contexto que a socialização e promoção da cidadania acontecem, podendo ser positiva ou negativa. Sendo considerado um *locus* privilegiado de valorização da sociedade.

Nesse espaço de construção e desconstrução imerso de subjetividades, apresenta-se como campo de atuação para professores e pesquisadores a escola, na medida em que esta tem a tarefa de construir um mapa educacional de maneira mais humanizada, com o intuito de agregar novos valores educacionais compreendendo a relação das subjetividades e práticas escolares com o objetivo de favorecer uma prática pedagógica descolonizante numa descolonialidade que “[...] representa uma

estratégia que vai além da transformação da descolonização, ou seja, supõe também construção e criação. Sua meta é a reconstrução radical do ser, do poder e do saber”. (OLIVEIRA; CANDAU, 2010, p. 24). Sendo assim, uma prática que visa auxiliar essa mudança com o intuito da desconstrução, construções e reconstruções de alguns fatores que impliquem no contexto.

A partir daí surgem algumas questões em torno dessa “escola” que teoricamente é feita para todos, todos quem? Os professores; a escola está preparada para a diversidade e as relações étnicas raciais? Ou o padrão tem que ser aquele aluno comportado? Até quando vamos julgar o aluno por ele ter uma família “desestruturada”? São algumas questões que precisamos repensar, repensar inclusive qual o nosso papel na construção desse sujeito enquanto uma referência na construção da representação social que perpassa pelo professor através das suas atitudes nas salas de aulas. Desta forma é possível afirmar que a escola ainda está estruturada para quem se enquadra dentro de uma norma padrão sugerida por uma sociedade que discrimina e repudia tudo que for diferente e ao mesmo tempo utiliza-se dos que são colocados à margem, para sustentar essa “normalidade” ou padrão do aluno comportado, que está de acordo com o que diz o professor ou a escola, sendo a violência a principal forma de expressão.

Um dos princípios norteadores que me levaram a pesquisar esse tema, ao qual desmembra sobre uma dissertação foi de está inserida na escola e perceber como são tratados os alunos negros por serem estereotipados em todo momento pelo corpo docente e discente a fim de levar a conhecimento não só os professores, mas os alunos acerca dessa situação que assola a nossa sociedade que convive cotidianamente com essas “violências” deste modo, temos como objetivo compreender como o jovem negro existe e reexiste dentro desse espaço que para ele ainda é (in) comum, fazendo uma ligação com a música supracitada que retrata de maneira fiel as dores e delícias de ser negro e querer estudar.

MÉTODO

Em meio ao ambiente escolar aos estudos sobre relações raciais, o presente estudo se constituirá como reflexões teóricas, de acordo com alguns textos discutidos ao decorrer da pesquisa. O primeiro passo será a realização de pesquisas bibliográficas, selecionando os teóricos e teorias para melhor compreensão e fazer uma busca sobre os estudos já realizados na Bahia, e por fim analisaremos as obras quais nossos estudos farão referências, fazendo com que passem intensidade (DELEUZE, GUATTARI, 1995).

A obra de (SANTIAGO 1998), intitulada, *Uma literatura nos trópicos*, no capítulo, Análise e Interpretação, aponta que a análise supõe um trabalho bifásico as vezes sucessivo. As análises são, antes de qualquer coisa, um exercício de superposição de lógicas diferentes, incessantes, que resultam num conhecimento humano. Segundo

(FOCAULT 1967), não há nada se interpretar, tudo já é interpretação, sendo assim, a interpretação sempre se volta a si mesma, criando um movimento que segundo ele é definidor do movimento do conhecimento humano, dessa forma a análise a interpretação será sempre a nossa maneira mais viável de realização do trabalho.

Circunscrevendo-nos aos estudos sobre escola, existência, resistência, cultura, necessário se fez selecionar estudos já realizados na área para conhecer suas estratégias, seus modos de viver e operar, suas características pretendendo compreender esses fenômenos no espaço vulnerável, composto por professores, alunos e sociedade.

Essa pesquisa apresenta-se como um espaço subjetivo e também movediço, de relativa importância. Há ainda muitas inquietações, os desafios apresentam-se claramente, nos levando a refletir sobre esses sujeitos, ambientes, e sua forma de resistência, tentaremos então de maneira teórica as reflexões realizadas sob os textos, partindo das análises de como são entendidas as “culturas” das violências nas escolas.

Pensar nessas possibilidades é pensar em diversos obstáculos que a pesquisa se propõe e compreender que elas são necessárias para seus resultados, “é em termos de obstáculos que o problema do conhecimento científico deve ser colocado” (BACHELARD, 2005, P.17.) o referido autor diz então que não se trata de grandes obstáculos, mas do próprio ato dificultoso de pensar, que fazem parte deste “espírito científico”, que nos envolve enquanto pesquisadores, a tornar conhecido o que pouco é estudado, no intuito de refletir pensamentos científicos.

AS DIFICULDADES DO ALUNO NEGRO DE EXISTIR E REEXISTIR NO ESPAÇO ESCOLAR

Este capítulo vem discutir e trazer as dificuldades existentes na escola do jovem negro, sendo a maioria de famílias pobres que vivem sobre grande vulnerabilidade na atual conjuntura. O termo reexistir é trazido por Souza (2018) em que a mesma retrata as dificuldades de existir nesse espaço que cada dia na atual política qual se torna um terreno dificultoso, porém de grande potencialidade política.

Em se tratando de racismo, no âmbito escolar foi por muito tempo invisibilizado, entretanto recentemente, essa questão tem-se mostrado diferente, mas não solucionada. Existe ainda uma dificuldade de pensar sobre as questões étnicas raciais que implicam na atuação, na aceitação e identidade desses alunos estereotipados pelos livros de forma errônea, representados pela imagem caricata na figura do feio, sendo essa história construída por brancos e assemelhados, a partir dessas dificuldades já citadas que inicia o processo de resistir nesse espaço democrático do ensino igualitário.

A lei de número 10.639 de 2003 estabelece a obrigatoriedade da inclusão da história do povo negro, história da África e cultura afro Brasileira assim como suas

lutas (REIS, CRUZ, 2013), imaginado para a maioria como uma surpresa, afinal nunca levaram a sério o assunto.

A escola durante anos foi e tem sido um ambiente colonizador, vindo de um ambiente ao qual nos referimos, essas questões são latentes. Os discursos embranquecidos continuam presentes nas pautas dos professores, os livros didáticos de distribuição nacional, trazem em seus bojos uma abordagem superficial (colonizante) da história africana, restringindo a discussão mínima nas horas de aulas “normais”, a possibilidade de falar da cultura Africana, no contexto identitário do negro, tendo como consequência a reprodução de estereótipos. Essas questões são apenas discutidas na escola quando o fato negativo repercutido socialmente é efetivado. Dessas formas, a escola contribui para a formação de uma cultura colonizada que inferioriza o negro e o índio dando procedência ao racismo, Lima (2015) nos alerta:

Dessa maneira a cultura afro-Brasileira se torna um suplemento do currículo escolar, encenadas em datas comemorativas, a exemplo do dia da consciência negra, dia do folclore, trabalha em atividades pontuais, onde o negro é retratado como exótico, distante (LIMA, 2015, p.23).

As sucessões de atos de racismo constantes retira a sensibilidade social, o racismo transforma-se num fator permanente na medida em que ele é construído dia a pós dia, dentro e fora do trabalho, dentro e fora de casa, dentro e fora da escola, e assim percebemos que o racismo arranca a sensibilidade dos seres humanos em notar o quão isso é sofredor, fazendo desse tema uma banalização do que deveríamos estar há muito tempo discutindo para se perceber que a igualdade racial é uma perigosa arma contra o racismo. (MOORE, 2007).

A democratização do ensino sobretudo das questões raciais, Lima (2015) sugere uma educação flexível, que atinja e favoreça a todos, é exatamente o papel do professor dentro da escola, mostrar aos pais, ao colega, comunidade e alunos, que essas questões são importantes, racismo é causador de doenças mentais e somos responsáveis por essas situações, e como responsáveis, temos o dever de amenizar esse tipo de preconceitos existentes nas raízes das nossas vidas

Muitas vezes essas crianças se percebem desvencilhadas e até mesmo eliminadas no sistema oficial de ensino, uma vez que seus conhecimentos e suas experiências são rejeitadas pela escola tirando assim a identidade própria dessa criança negra e ainda a afirmação existencial e social do contingente negro ao qual a integra. (REIS, CRUZ, 2013, p, 179)

O racismo institucional reiteramos, presente nas escolas e na educação, quando percebemos que os jovens ainda são afetados, com menos direitos, com estigmas que os inferiorizam e sua referência cultural implica em fracasso sobre eles. Por fim, conseguimos notar que as “leis” que preconizam a igualdade, não se aplicam de forma igual, formulando assim, o racismo institucional.

Dessa maneira podemos dizer, com base em Moore (2007) que existem três dinâmicas que se encontram na gênese do racismo, a) o processo simbólico que é convertido em grupos dominantes, b) a organização da sociedade numa ordem sistemática que exclui o grupo dominante e subalterno c) a elaboração de estruturas intelectuais e normativas, que criam uma convicção nascida de uma inquestionável superioridade no setor dominante o racismo jamais deixará de existir com essas bases sustentadoras.

No que se refere as desigualdades étnico raciais, a disputa é dada em duas esferas: no campo da esfera pública, pela concorrência direta por políticas eficazes e medida de garantias de direitos e no campo do simbólico qual estão atrelados os negros a determinados lugares sociais e representações. Como aponta Foucault (1970), todo discurso é controlado, organizado, manipulado, por quem detém o poder, construindo cadeias de ordens que os impedem de serem visualizados, e quando o é não tem garantia dos seus devidos direitos.

Falar desses sujeitos negros que estão dentro desse espaço escolar minado e falar de letramento, é parar e saber ouvir as histórias desses *meninxs* que se perdem em meio aos discursos embranquecidos, que implica num posicionamento imensamente duro, cruel e desafiador para este, como diz a letra da música ao qual introduzimos esse trabalho *“Experimenta nascer preto, pobre na comunidade, Cê vai ver como são diferentes as oportunidades”*.

Falar em um letramento de reexistência, implica considerar as práticas de letramentos desenvolvidos em âmbitos não escolar, marcadas pelas identidades sociais dos sujeitos nelas envolvidas e os aspectos que afetam o histórico do letramento da população negra no Brasil e influenciam a trajetória pessoais de usos sociais da linguagem ((SOUZA; JOVINA; MUNIZ, 2018, P. 03)

É preciso que os próprios educadores desconstruam seus próprios preconceitos para que não continuem a perpetuar uma educação de exclusão, é preciso pensar na diversidade como principal riqueza e de o chão que hoje pisamos tem muito sangue de nossos ancestrais que são pretos. Quando analisados os dados a “olho nú” por própria experiência percebemos que a dicotomia, da desigualdade entre brancos e pretos na educação é preocupante.

É preciso haver uma preocupação com a população jovem negra no que diz respeito as consequências dos efeitos causados a exemplo da saúde mental e crise de identidade, a falta de representatividade dentro das escolas são portadoras de doenças emocionais , concretamente o psicológico dos jovens negros tem sido os grandes casos de transtornos ocasionados por depressão juvenil, crescente nos registros de atendimentos psiquiátricos em entidades de atendimento público como os CAPS – Centro de Atendimento Psicossocial, em que prestam atendimento médico e psicológico visto que nas escolas públicas em que se encontram a maioria negra, a presença do psicopedagogo para atender o estudante afetado é uma figura quase inexistente.

Em se tratando de uma forma intercultural e otimista, pensamos numa práxis

pedagógica crítica, que aja na produção e construção de modos “outros” de poder, saber, ser e viver (WALASH, 2009), que possibilite discussões transformadoras, que liguem e façam conexões com outras questões, a escola precisa preocupar-se com a formação de seus alunos no que se refere aos direitos humanos, não o fazendo deixar sempre a desejar (DELEUZE, GUATARRI, 1996) o futuro começa agora, as práticas engessadas como já salientado afeta no presente e afetará a nossa sociedade futura, perpetuando os discursos de ódio e misóginos que construímos destes. Dessa forma como nos diz as referidas autoras,

E reexistir por entre as brechas das armaduras que constroem os binarismos de morte como sistemas e estruturas que deveriam ser fixas, sem possibilidade de reinscrição de si no muro invisível e ao mesmo tempo tangível do que nos torna humanos (SOUZA; JOVINA; MUNIZ, 2018, P.03)

A DEFENSORIA PÚBLICA E O JOVEM NEGRO NUMA TENTATIVA DE DIÁLOGO

Esse capítulo visa tentar um diálogo sobre a educação e o papel da Defensoria Pública como braço da justiça, e problematizar sobre as questões da educação libertadora e se realmente a mesma se aplica a esses jovens que tanto sofrem nas escolas, ditando um padrão hegemônico onde se acredita numa falsa frase que diz “oportunidades para todos” todos quem?

A realidade histórica permite perceber como crianças e adolescentes foram ao longo do tempo envolvidos em relações de agressões e maus tratos por diversas instituições sociais, iniciando na convivência familiar estendendo ao convívio escolar. Os principais marcos legais e da institucionalização que hoje protegem crianças e adolescentes estão expressos a Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 - ECA, em seu artigo 5º, que reflete a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. (ECA, 1990).

O artigo 227 da Constituição e o artigo 4º do ECA definem os direitos da população infanto-juvenil brasileira, bem como os responsáveis por assegurá-los. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder Público, inserindo as Defensorias Públicas, para garantir com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referente à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária (ECA, 1990).

Para fiscalização do cumprimento dos direitos da criança e do adolescente foram criadas as Varas da Infância e da Juventude, que são órgãos do Judiciário responsáveis por aplicar as medidas judiciais necessárias à garantia dos direitos de crianças e adolescentes. Atuam de forma integrada com os Conselhos Tutelares e com

o Ministério Público detentor do controle sobre a atuação das Defensorias Públicas na aplicação e amparo do direito de Crianças e Jovens carentes e carecidos de justiça preventiva, contrária a repressiva em que dialoga com os sistemas inquisitórios, como se percebe no modelo existente.

No que se refere ao espaço escolar no ensino público fundamental, as pesquisas demonstram que, os conflitos e injustiças ocorrem entre alunos, gestores e professores, contribuindo para isso muitas vezes a estrutura física da escola, quando se encontra em mau estado de conservação, falta da merenda, paredes sujas, banheiros danificados, carteiras sucateadas, ocasionam a desmotivação, atingindo a autoestima não só dos alunos como do professor na atividade escolar.

Outras questões estão relacionadas, como as pedagógicas, didáticas, o zelo pela aprendizagem dos alunos, formas de avaliação conforme estabelecido, como dever de estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; muitas vezes por ausência dessas práticas criam conflito nas relações entre alunos e professor.

Vale ressaltar que uma gestão escolar segundo preceitua a Lei 9394/06 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional) deve articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; estabelecendo ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas. Essas atividades deverão segundo a LDBN serem compartilhadas com a comunidade escolar, formada por professores, gestores, colaboradores, família dos estudantes incluindo membros da sociedade.

Vale dizer que, a gestão democrática assim chamada, é recomendada a compartilhar e contemplar a paz, para que não haja desigualdades de tratamento ou preferências pessoais, devendo utilizar os mecanismos do que seja justo, igualitário, com a manutenção do diálogo e manutenção da harmonia na comunidade.

A escola, como já salientado, tem sido feita para quem se enquadra num padrão normativo, as escolas públicas são formadas por uma diversidade de públicos que descreve a nossa nação, o tempo foi o grande responsável por essa pluralidade, que por muitos membros ainda é enxergada como estranho, causando assim as várias violências. O que estamos tentando dizer sobre as culturas da violência é que elas não estão apenas no plano físico, mas a do moral, da história, num jogo que se caracteriza como simbólico nesse jogo não se percebe o papel preventivo da justiça, representado pelas Defensorias Públicas, não se percebe a presença de qualquer dos órgãos representativos da justiça nas escolas, não para reprimir, mas para educar, no sentido de informar os caminhos que possam evitar ou prevenir a violência, a repressão, a humilhação da apreensão, os constrangimentos sociais, os estigmas dos jovens negros, pobres da periferia, em estado de vulnerabilidade pelo fato de serem assim identificados. Nesse pensamento não podemos dizer não há tempo para originarem ações que possam promover a saída do simbólico para o real, o tempo pode ser um aliado ou adversário.

Nesse sentido, Foucault (2008), destaca que o tempo na cronologia das ideias, tem um formato estático, podendo ser descontínuo, o que é contemporâneo na arqueologia, poderá ter ocorrido no passado ou no presente. Apesar de não grafar datas, suas ideias se fundem no passado e presente numa descontinuidade, de modo que intemporalmente as mesmas se revelam em regras gerais sem prazo de vencimento, numa eterna arqueologia que ao conceituar fez o seguinte registro:

A arqueologia não procura encontrar a transição contínua e insensível que liga, em declive suave, os discursos ao que os precede, envolve ou segue. Não espreita o momento em que, a partir do que ainda não eram, tornaram-se o que são; nem tampouco o momento em que, desfazendo a solidez de sua figura, vão perder, pouco a pouco, sua identidade. O problema dela é, pelo contrário, definir os discursos em sua especificidade; mostrar em que sentido o jogo das regras que utilizam é irreduzível a qualquer outro; segui-los ao longo de suas arestas exteriores para melhor salientá-los. Ela não vai, em progressão lenta, do campo confuso da opinião à singularidade do sistema ou à estabilidade definitiva da ciência; não é. (FOUCAULT, 2008, p.157)

Nessa direção intui-se que na ideia foucaultiana, ainda que aparentemente estática admite-se transformações que desmontam a solidez de uma cultura numa transição contínua na busca de uma justiça identitária, sem se importar com o momento procurando as especificidades arqueológicas para formar ideias de como segui-las.

Deste modo podemos perceber que o racismo aplica-se numa prática de dominador- dominando que perpetua em diversos ambientes onde a cor da pele ainda é motivo de discriminação, sendo esta uma prática presente na escola constantemente, sendo uma prática que segrega as sociedades e as potencialidades humanas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É verdadeira a importância de discutir sobre esse tema “o jovem negro na escola” parece um assunto redundante, monótono, mas não, é um dos assuntos poucos discutidos por passar despercebido aos olhos da maioria, enxergar esse tema é ter um olhar minucioso para as classes fragilizadas que somos e que nos cercam; olhar e escrever sobre esses jovens é ter um olhar otimista e compreender, nem tudo está perdido, há sim uma luz no fim do túnel.

Podemos verificar que as transformações sociais ocorridas, os avanços tecnológicos, os movimentos sociais pela redução das desigualdades, serviram positivamente para implementação das Políticas Públicas e os avanços dentro e fora da escola. Mas que constantemente esses jovens ainda sofrem na pele as discriminações que as afetam de forma violenta, fato em que as mesmas acabam sentindo-se excluídas do meio e a solidão, torna-se sua maior amiga.

Não se pretende apenas reduzir a solução dos conflitos étnicos raciais no

espaço escolar, mas de colocar o “direito” a “democracia” para funcionar, e quando colocado essas palavras em aspas, é exatamente para entendermos que direito e democracia é para todos, mas não está para todos, há uma esfera que nos separa. Sendo assim, tentamos aqui, trazer essas reflexões que cotidianamente passam na nossa sociedade caracterizada por essas razões.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei Nº 8.069, De 13 de Julho De 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l8069.htm, acesso em 29 de maio 2018.

BRASIL. LDB : **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed. Acesso em 29 de maio 2018.

CASTRO, Jane Margareth e RAGATTIERI Marilza. Organizadoras. **Interação escola-família: subsídios para práticas escolares / organizado por Jane Margareth Castro e Marilza Regattieri**. Brasília : UNESCO, MEC, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=4807-escola-familia-final&Itemid=30192, acesso em 25 de maio 2018.

FOUCALT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo. Ed. Edições Loyola, 2004.

FIGUEREDO, Fernanda. **A mulher negra dos cadernos negros: Autoria e representação**. (DISEERATAÇÃO) F.128. Programa de pós graduação Estudos Literários, Belo Horizonte, 2019.

SANTIAGO, Silviano. Democratização no Brasil: 1979-1981 (Cultura versus Arte) In: id., **Declínio da Arte e Ascensão da Cultura**. Florianópolis: ABRALIC\Letras contemporâneas 1998. p.11-23

RIBEIRO, S. L. (2004). **Espaço escolar: um elemento (in)visível no currículo**. Sitientibus. Feira de Santana, n. 31, 103-118.

REIS, I. C. R.; CRUZ, Maria de Fátima Berenice da. Lei 10.639/2003: **pela descolonização da prática pedagógica docente**. Revista Fórum Identidades, v. 14, p. 173-190, 2013.

SILVA, Ana. **Literatura de autoria negra feminina: (des) silenciamentos e ressignificações**. Ed. Fólio. Vitória da Conquista. V2. N1 Jan\Jun. 2010.

SOUZA, Ana; JOVINA, I; MUNIZ, K. **Letramento de reexistência: um conceito em movimento negros**. Ed. Especial. V 10. Janeiro de 2018.

LIMA, Mota. **Relações étnico-raciais na escola: o papel das linguagens**. I edição, salvador. ED.UNEB.2015.

WALASH, C. **Interculturalidad crítica y educación intercultural**. Instituto interacional de integración del Convenio Andrés Bello. Lá paz. 9-11 de março, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alberto Valença 12, 13, 16, 17, 20, 22, 23, 24

Alma 19, 37, 39, 43, 44, 45, 47, 48, 177, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 232, 233, 278

Aluno 13, 142, 144, 145, 165, 167, 171

América Latina 88, 97, 109, 174, 175, 176

Aquarius 174, 175, 176, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187

Audiovisual 1, 2, 4, 10, 109, 110, 112, 117, 179

B

Bahia 1, 2, 3, 4, 5, 10, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 31, 67, 75, 76, 80, 83, 84, 93, 95, 97, 99, 104, 107, 121, 142, 144, 152, 154, 157, 161, 174, 188, 189, 217, 219

C

Carnaval 33, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 100

Carnaval de Rua 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84

Clave 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Critérios amostrais 253

Cultura material 164, 219, 220, 228, 232, 233, 275

Cyber-infância 152, 153, 154, 155, 156, 157, 161

D

Descolonial 174, 175, 176, 179, 182, 183

E

Economia criativa 65

Educação especial 162, 163, 165, 167, 170

Educação inclusiva 162, 165, 167, 168, 172

Espírito 42, 48, 88, 190, 204, 206, 208, 209, 211, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 228, 229, 232, 266

Eugenia 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93

F

Fernando Pessoa 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

G

Guerra Colonial 188, 189, 193, 195, 204

I

Identidade 1, 3, 9, 11, 17, 37, 38, 40, 42, 45, 72, 78, 91, 92, 104, 110, 115, 126, 127, 128, 129, 130, 136, 140, 141, 145, 146, 147, 150, 175, 181, 183, 191, 192, 195, 212, 213, 223, 233, 235, 237, 245, 256, 257, 259, 260, 261, 268, 276

Inclusão 9, 32, 41, 139, 145, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173

Infância virtual 152, 153, 155, 161

J

Jovens negros 142, 147, 149

L

Legislação educacional 162

Literatura 4, 30, 31, 32, 37, 38, 39, 40, 48, 49, 85, 88, 89, 93, 108, 144, 151, 174, 183, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 260, 261

Literatura Brasileira 85, 174

M

Mito 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 57, 83, 201, 202, 207, 209, 210, 212

Museu Gruppelli 219, 220, 221, 226, 230

Música Afro-Brasileira 95, 97, 98

N

Necessidades especiais 162, 165, 166, 167, 168, 170, 171

O

Orientação sexual 118, 253, 254, 255, 256, 257, 260

P

Pintura Iconográfica 12

Práticas lúdicas 152, 153, 154, 156, 158, 160, 161

Psicometria 253, 255

R

Racismo 85, 86, 92, 93, 121, 122, 123, 124, 126, 128, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 143, 145, 146, 147, 150, 193

Regionalismo 1, 2, 8, 9

Relação étnico-racial 142

Relações étnico-raciais 85, 86, 151

Religião 31, 37, 42, 45, 46, 48, 49, 104, 137, 268, 270, 271, 273, 274, 276, 277

Representação 1, 16, 19, 30, 39, 40, 45, 48, 53, 59, 63, 68, 83, 86, 99, 100, 101, 102, 117, 127, 129, 144, 151, 175, 181, 188, 189, 190, 191, 195, 219, 220, 228, 269

Rio de Janeiro 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 24, 35, 49, 50, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 112, 119, 140, 141, 161, 162, 170, 173, 183, 188, 195, 204, 233, 238, 250, 251, 253, 261, 278, 279

Ritmo Cabila 95

Ritmo Ijexá 95, 96, 100, 101

S

Salvador 3, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 43, 65, 66, 67, 69, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 93, 95, 96, 97, 100, 104, 108, 121, 122, 123, 124, 125, 135, 139, 140, 141, 151, 152, 154, 157, 161, 208, 233

Sebastianismo 37, 38, 40, 45, 46, 47, 48, 49

Sertão 1, 2, 3, 4, 8, 9

T

Tacho 219, 220, 221, 222, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232

Trauma 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195

V

Violência 81, 105, 106, 107, 128, 139, 142, 144, 148, 149, 155, 160, 161, 179, 181, 192, 196, 206, 244, 246, 250, 252, 274

 **Atena**
Editora

2 0 2 0